Sumário

1 LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
1.1 Antecedentes da Lei nº 8.429/92
1.2 Precedentes legislativos
1.2.1 Lei nº 3.164/57 (Lei Pitombo Godói-Ilha)
1.2.2 Lei nº 3.502/58 (Lei Bilac Pinto)
1.3 Projeto de Lei nº 1.446/91 e Substitutivo do Senado
1.4 Fundamento constitucional da Lei nº 8.429/92
1.5 Lei nº 8.429/92
1.6 Inconstitucionalidade da Lei nº 8.429/92
1.6.1 Inconstitucionalidade formal
1.6.2 Inconstitucionalidade material
1.7 Sistematização da Lei nº 8.429/92
2 SUJEITO PASSIVO
2.1 Sujeito passivo
2.1.1 Generalização e distinções necessárias
2.1.2 Pessoa jurídica interessada
2.2 Administração direta e indireta
2.2.1 Autarquias
2.2.2 Sociedade de economia mista
2.2.3 Empresa pública
2.2.4 Fundação
2.2.5 Empresa incorporada, controlada e dependente
2.2.6 Entidades privadas beneficiárias
2.2.7 Terceiro setor
2.3 Síntese
3 SUJEITO ATIVO
3.1 Sujeito ativo
3.2 Agente público
3.3 Agente público para a Lei nº 8.429/92
3.3.1 Agentes políticos
3.3.1.1 Atos de improbidade e crimes de responsabilidade
3.3.1.2 Prerrogativa de foro
3.3.1.3 Responsabilidade direta e hierarquia
3.3.2 Agentes administrativos
3.3.3 Administradores
3.3.4 Parecerista
3.4 Terceiro
3.4.1 Atos de improbidade próprios e impróprios
3.4.2 Incidência e compatibilidade
3.4.3 Modos de participação
3.4.4 Vantagem sem causa justa
3.4.5 Pessoa jurídica e terceiro
3.4.6 Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas

4 *DEVER GERAL DE PROBIDADE*

4.1 Dever de probidade

4.1.1 Sentido e extensão do verbo *velar*

4.1.2 Dever de abstenção

4.2 Princípios e regras

4.3 Princípios constitucionais

4.3.1 Legalidade administrativa

4.3.2 Impessoalidade administrativa

4.3.3 Moralidade administrativa

4.3.4 Publicidade administrativa

4.3.5 Eficiência administrativa

4.4 Princípios decorrentes do regime

4.4.1 Interesse coletivo primário

4.4.2 Motivação

4.4.3 Legitimidade

4.4.4 Proporcionalidade/razoabilidade

4.5 Subprincípios

4.5.1 Acessibilidade aos cargos públicos

4.5.2 Licitação

4.5.3 Prescrição administrativa

4.5.4 Responsabilidade civil do Estado

4.6 Princípios de estruturação

4.7 Extensão funcional do dever de probidade

4.8 Declaração de bens e valores

4.9 Conflitos de interesses

4.10 Códigos de conduta e regras éticas

4.11 Deveres estatutários

4.12 Função Pública e Interesse Público

4.12.1 Função Pública

4.12.2 Interesse Público

4.12.3 Disfunção pública

5 *ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA*

5.1 Administração Pública e improbidade

5.2 Atos de improbidade administrativa

5.2.1 Leitura etimológica

5.2.2 Imoralidade

5.2.3 Ilegalidade

5.2.4 Ilícito penal

5.2.5 Ilícito administrativo

5.2.6 Diacronia jurisprudencial

5.2.7 Desvio de poder

5.3 Tipologia da Lei nº 8.429/92

5.4 Qualificação jurídica e concorrência de normas

5.5 Itinerário de caracterização

5.6 Elemento volitivo

5.6.1 Responsabilidade subjetiva

5.6.2 Dolo e má-fé

5.6.3 Culpa

5.7 Ilícito civil e político-administrativo

6 *ENRIQUECIMENTO ILÍCITO*

6.1 Agente público e disfunção administrativa

6.2 Estrutura do enriquecimento ilícito

6.2.1 Perfil do enriquecimento por improbidade
6.2.2 Prejuízo ao erário é prescindível
6.2.3 Vantagem patrimonial ilícita
6.2.3.1 Vantagem direta
6.2.3.2 Vantagem indireta
6.2.3.3 Certeza da vantagem indevida
6.2.4 Dolo
6.3 Estratégia de suficiência legal
6.4 Espécies de enriquecimento ilícito
6.5 Recepção de vantagem indevida
6.5.1 Elementos
6.5.1.1 Espécies de vantagem
6.5.1.2 Presente
6.6 Vantagem decorrente de negócio superfaturado
6.6.1 Elementos
6.6.2 Superfaturamento e sobrepreço
6.6.3 Negócios
6.7 Vantagem decorrente de negócio subfaturado
6.7.1 Elementos
6.7.2 Objeto
6.8 Uso de bens públicos e pessoal administrativo
6.8.1 Utilização particular de equipamentos e pessoal
6.8.2 Uso de bens, rendas, verbas ou valores públicos
6.9 Vantagem para tolerar atividade criminosa
6.9.1 Condição do agente público
6.9.2 Elementos
6.9.3 Práticas ilícitas
6.10 Vantagem para fazer declaração falsa
6.11 Patrimônio a descoberto
6.12 Vínculo profissional externa
6.12.1 Elementos
6.12.2 Incompatibilidade de interesses
6.12.3 Interesse da pessoa física ou jurídica
6.12.4 Durante a atividade
6.13 Vantagem para intermediação de verba
6.13.1 Verbas públicas
6.13.2 Elementos do tipo
6.14 Vantagem para descumprir dever de ofício
6.15 Incorporação de bens e valores públicos
6.15.1 Incorporar por qualquer forma
6.15.2 Objeto da incorporação
6.16 Correlação criminal
6.16.1 Peculato doloso
6.16.2 Peculato de uso praticado por prefeito
6.16.3 Corrupção passiva
6.16.4 Concussão
6.16.5 Crime contra a ordem tributária
7 *LESÃO AO ERÁRIO*
7.1 Conduta ilegal lesiva
7.2 Quadro de condutas lesivas ao erário
7.3 Facilitar o enriquecimento de terceiro
7.4 Facilitar a apropriação de valores públicos
7.5 Permitir o uso ilegal de valores públicos por particular

7.6 Doação ilegal
7.7 Permitir ou facilitar subfaturamento
7.8 Permitir ou facilitar superfaturamento
7.9 Operação financeira ilegal
7.10 Frustração de procedimento licitatório
7.11 Outorga de benefícios ilegais
7.12 Despesas ilegais ou irregulares
7.13 Gestão patrimonial negligente
7.14 Liberação ilegal de verbas públicas
7.15 Gestão associada e rateio de consórcio público irregulares
7.16 Lesão ao erário em parcerias com entidades privadas
7.17 Correlação criminal
7.17.1 Crimes contra as finanças públicas
7.17.1.1 Contratação de operação de crédito
7.17.1.2 Inclusão de despesas não empenhadas em restos a pagar
7.17.1.3 Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura
7.17.1.4 Ordenação de despesa não autorizada
7.17.1.5 Prestação de garantia graciosa
7.17.1.6 Não cancelamento de restos a pagar
7.17.1.7 Aumento de despesa com pessoal no último ano do mandato ou legislatura
7.17.1.8 Oferta pública ou colocação de títulos no mercado

8 LESÃO AO ERÁRIO DECORRENTE DE LICITAÇÃO

8.1 Noção
8.2 Razão de ser da licitação
8.2.1 Quem precisa licitar
8.3 Modalidades licitatórias
8.4 Atos de frustração licitatória
8.5 Edital
8.6 Dispensa indevida de licitação
8.6.1 Pequeno valor da obra ou serviço
8.6.2 Situações emergenciais
8.6.3 Licitação deserta e licitação fracassada
8.6.4 Contratação direta em face de preços incompatíveis
8.6.5 Contratação direta com outro ente público
8.6.6 Outras hipóteses frequentes
8.7 Inexigibilidade licitatória
8.8 Cláusulas contratuais
8.9 Correlação criminal
8.9.1 Crimes licitatórios
8.9.1.1 Art. 89
8.9.1.2 Art. 90
8.9.1.3 Art. 91
8.9.1.4 Art. 92
8.9.1.5 Art. 93
8.9.1.6 Art. 94
8.9.1.7 Art. 95
8.9.1.8 Art. 96
8.9.1.9 Art. 97
8.9.1.10 Art. 98
8.10 Incidência simultânea

9 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM SENTIDO ESTRITO

9.1 Atos de improbidade em sentido estrito
9.2 Deveres e princípios
9.3 Elemento volitivo nas condutas do art. 11
9.3.1 Conduta culposa no art. 11
9.4 Improbidade não é simples ilegalidade
9.5 Espécies
9.6 Desvio de finalidade
9.7 Retardar ou omitir ato de ofício
9.7.1 Ato de ofício
9.7.2 Retardamento e omissão
9.7.3 Relevante razão
9.7.4 Discricionariedade
9.7.5 Ato de improbidade eleitoral
9.7.6 Correlação criminal
9.8 Violação de sigilo funcional
9.9 Negativa de publicidade
9.10 Frustração de concurso público
9.10.1 Extensão da exigência
9.10.2 Regularidade
9.10.3 Contratação nula e remuneração
9.10.4 Exceções
9.11 Omissão de prestação de contas
9.11.1 Tribunais de Contas
9.12 Revelar informação relevante
9.13 Descumprimento de normas nas parcerias
9.14 Inobservância de requisitos de acessibilidade
9.15 Estatuto da Cidade

10 MEDIDAS CAUTELARES

10.1 Providências cautelares
10.2 Cautela
10.3 Medidas cautelares na Lei nº 8.429/92
10.3.1 Tutela antecipada
10.3.2 Cognição incompleta
10.4 Indisponibilidade de bens
10.4.1 Perigo na demora implícito
10.4.2 Indisponibilidade para garantir devolução do acréscimo
10.4.3 Indisponibilidade para assegurar ressarcimento
10.5 Sequestro de bens
10.5.1 Sequestro/arresto
10.6 Afastamento cautelar do agente público

11 INVESTIGAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE

11.1 Investigação
11.2 Representação
11.3 Denunciação caluniosa
11.4 Procedimento administrativo
11.4.1 Sanções disciplinares
11.5 Inquérito policial
11.6 Inquérito civil
11.6.1 Noção de inquérito civil
11.6.2 Instauração e representação
11.6.3 Publicidade restrita
11.6.4 Instrução

11.6.5 Compromisso de ajustamento
11.6.6 Quebra de sigilo bancário
11.6.7 Conclusão do procedimento
11.7 Legalidade da atuação ministerial

12 TUTELA PROCESSUAL DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA
12.1 Proteção dos interesses da coletividade
12.2 Fundamento das ações coletivas
12.3 Ações coletivas
12.4 Natureza da persecução
12.5 Ação de improbidade e ação civil pública
12.6 Legitimação do Ministério Público
12.7 Ação popular e Ação civil de improbidade
12.8 Ação de improbidade administrativa
12.9 Competência
12.9.1 Extensão do foro especial às ações de improbidade
12.9.2 Foro especial e norma constitucional
12.9.3 Atos de improbidade e delitos
12.10 Pedido e causa de pedir
12.10.1 Indícios
12.11 Litigância de má-fé
12.12 Cumulação de pedidos
12.13 Notificação
12.13.1 Requerido
12.13.2 Pedido de notificação
12.13.3 Prazo em dobro
12.13.4 Nulidade
12.13.5 Notificação e prescrição
12.14 Transação
12.14.1 Acordo de leniência
12.15 Rejeição da ação
12.16 Recebimento da petição inicial
12.16.1 Fundamentação
12.17 Citação
12.18 Litisconsórcio ativo
12.18.1 Ministério Público autor
12.18.2 Pessoa jurídica autora
12.19 Litisconsórcio passivo
12.20 Depoimentos
12.21 Riscos do juízo de admissibilidade
12.22 Destinação da verba reparatória
12.23 Sucumbência
12.24 Prescrição
12.24.1 Modalidades
12.24.2 Interrupção da prescrição
12.24.3 Imprescritibilidade do ressarcimento de danos

13 SANÇÕES
13.1 Função técnica e retribuição
13.2 Distribuição das sanções
13.2.1 Cláusula distintiva
13.2.2 Exceções
13.3 Autonomia das sanções
13.3.1 Irrelevância do dano

13.3.2 Autonomia formal
13.3.3 Fiscalização técnico-administrativa
13.3.3.1 Contraditório e ampla defesa
13.4 Especificidade da modalidade culposa
13.5 Independência das responsabilidades
13.6 Sanções em espécie
13.6.1 Ressarcimento e restituição
13.6.1.1 Ação civil pública de recomposição do erário
13.6.2 Multa civil
13.6.3 Suspensão dos direitos políticos
13.6.4 Perda da função pública
13.6.5 Interdição contratual e restrição de benefícios
13.7 Efetivação das sanções
13.8 Critério de aplicação das sanções
13.8.1 Cumulatividade: prós e contras
13.8.2 Discricionariedade judicial
13.8.3 Razoabilidade/proporcionalidade
BIBLIOGRAFIA
ANEXO – LEGISLAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº 8.429/92